XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

GT 6 – Informação, Educação e Trabalho

CONTRIBUIÇÕES DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E MIDIÁTICA E DOS ESTUDOS CULTURAIS PARA A DESCONSTRUÇÃO DA NARRATIVA EM TORNO DA DESINFORMAÇÃO SOBRE O PAGAMENTO INSTANTÂNEO BRASILEIRO - PIX

CONTRIBUTIONS OF INFORMATION AND MEDIA LITERACY AND CULTURAL STUDIES TO DECONSTRUCTING THE NARRATIVE SURROUNDING DISINFORMATION ABOUT THE BRAZILIAN INSTANT PAYMENT SYSTEM

Camila Araújo dos Santos – Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Marta Leandro da Mata – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Gustavo Camossi – Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O trabalho demonstra como a narrativa em torno da desinformação sobre a suposta taxação do pagamento instantâneo brasileiro foi desconstruída a partir da Competência em Informação e Midiática e dos Estudos Culturais de Stuart Hall inter-relacionados, por meio de um interrogatório, na pesquisa de Santos (2023). A partir de pesquisa documental, com uso de dois vídeos publicados no *Instagram* de dois deputados federais de partidos políticos distintos (PSOL e PL), pontuou-se quais estratégias representacionais foram utilizadas para construir sentidos e senso de representação (pertencimento e identidade), de modo a desconstruir a desinformação. Os resultados demonstram que na categoria de análise 'Sentidos e Cultura' a narrativa falsa tentou transformar o PIX em um símbolo de ameaça do Estado ao trabalhador, porém o discurso da deputada federal do PSOL buscou ressignificá-lo como prova de mentira e má-fé do adversário. A categoria de análise 'Representação e Cultura' evidenciou como a identidade do sujeito é moldada por práticas discursivas que mobilizam o repertório de conhecimento do sujeito e que o vídeo da deputada não apenas informa, mas convoca o espectador a assumir uma posição de mobilização, visto que retrata o trabalhador como uma figura digna, mas vulnerável à disseminação de desinformação por grupos que dominam as mídias. Ao aplicar as perguntas norteadoras baseadas no interrogatório sobre quem criou o conteúdo e quais intenções estão embutidas na linguagem, o sujeito sociocultural é capaz de reconhecer os enquadramentos partidários e as convenções sociais que sustentam a desinformação. O sujeito passa de um receptor passivo para um crítico reflexivo, compreendendo que o significado de um evento não é neutro, mas uma construção histórica e cultural em constante disputa.
Palavras-chave: Competência em Informação e Midiática; Estudos Culturais; Desinformação; Pagamento instantâneo brasileiro.

Abstract: This study demonstrates how the narrative surrounding misinformation regarding the alleged taxation of Brazil's instant payment system was deconstructed through an inquiry grounded in the intersection of Information and Media Literacy and Stuart Hall's Cultural Studies, as conducted in Santos's (2023) research. Based on a documentary analysis of two

videos posted on Instagram by federal deputies from different political parties (PSOL and PL), the study identified the representational strategies used to construct meanings and a sense of representation (belonging and identity) in order to deconstruct the disinformation. The results show that, within the “Meanings and Culture” analysis category, the false narrative attempted to transform PIX into a symbol of state-imposed threats against the worker; conversely, the discourse of the PSOL federal deputy sought to reframe it as evidence of her opponent's dishonesty and bad faith. The “Representation and Culture” category highlighted how individual identity is shaped by discursive practices that mobilize the subject's knowledge repertoire; it also revealed that the deputy's video does not merely inform but calls upon the viewer to take a stand, portraying the worker as a figure who is dignified yet vulnerable to the spread of disinformation by groups that dominate the media landscape. By applying guiding questions that interrogate who created the content and what intentions are embedded in the language, the sociocultural subject is able to recognize the partisan framing and social conventions that underpin disinformation. The subject shifts from a passive receiver to a reflective critic, understanding that the meaning of an event is not neutral but rather a historical and cultural construct subject to constant contestation.
Keywords: Information and Media Literacy; Cultural Studies; Disinformation; Brazilian instant payment.

1 INTRODUÇÃO

O ambiente midiático opera diretamente na construção de sentidos e de percepção do e sobre o mundo. Hall (2016) discute que este ambiente não funciona como um espelho que reflete a realidade, mas como um espaço de produção e circulação de sentidos. Para o autor, vivemos em um mundo de imagens e de representações que nos colocam em uma política de imagem, onde o que é e como é mostrado passa a considerar como “real” ou verdadeiro a partir de nosso sistema simbólico, daquilo que faz sentido para nós.

As mídias exercem um poder simbólico que impacta diretamente na construção de identidade e de senso de pertencimento dos sujeitos na medida em que fornece códigos e linguagens (palavras, imagens, sons) e que eles (sujeitos) classificam, organizam e internalizam para sua experiência de mundo, impactando diretamente na representação que têm do mundo e de sobre si. Por meio do sistema simbólico e de “[...] suas variadas manifestações e instrumentos, produz subjetividades e novas formas de ser, estar e entender o mundo e, que, a partir de seus mecanismos sutis, nos subjetivam sem que percebamos” (Santos, 2023, p. 2).

Mediante esse cenário, compreende-se que a Competência em Informação e Midiática[1] junto aos Estudos Culturais de Stuart Hall têm condições de despertar o senso crítico dos sujeitos quanto ao papel, a função e a manipulação das mídias. A primeira, por tratar-se de um processo de ensino e aprendizagem que busca desenvolver conhecimentos,

[1] Neste trabalho, utilizamos o acrônimo CoInfo-Mi.

habilidades, atitudes e valores reflexivos e críticos sobre a busca, o uso, o compartilhamento e a produção de informações e de conteúdos no universo informacional, digital e midiático. E o segundo por despertar o senso crítico sobre como as mídias distorcem narrativas por meio de estratégias simbólicas no âmbito da cultura, em detrimento de poder.

Um exemplo de jogo de narrativas para a disseminação de desinformação no cenário brasileiro foi a suposta taxação do pagamento instantâneo brasileiro (PIX)[2]. Criado pelo Banco Central, o PIX permite transferir dinheiro entre contas correntes, poupanças ou pré-pagas. Na ocasião, diversas postagens de redes sociais (*Instagram*, *Facebook*, *X* e *TikTok*)[3] divulgaram que as transações ou as movimentações financeiras acima de R$5 mil seriam taxadas pelo governo federal, que uma multa de 150% seria cobrada caso não fosse pago o falso tributo e que um imposto de 27,5% seria cobrado sobre transferências ou pagamentos (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2025). Esta desinformação foi desmentida pela Receita Federal por meio da Medida Provisória nº 1.288/2025 (Brasil, 2025) em que discorre nos artigos 1º e 3º sobre o sigilo das transações e que não há tributação, imposto, contribuição ou taxa no uso do PIX.

Dentre a disseminação dessa desinformação, destaca-se o vídeo publicado pelo deputado federal Nikolas Ferreira do Partido Liberal (PL-MG) em seu *Instagram* com 352 milhões de visualizações[4] [5]. Ele reforçou a desinformação e integrou mais elementos falsos acerca do atual governo em sua narrativa. Esta desinformação teve um impacto negativo em diversas esferas para a sociedade brasileira, como instabilidade financeira, insegurança nos cidadãos (mexe com o “bolso” das pessoas), desconfiança no governo, aumento de golpes (vítimas de estelionatários para cobrar falsas taxas) e dentre outros (Moura; Schiavi, 2025).

Considerando a gravidade da situação, a deputada federal Erika Hilton do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-SP), por meio de seu *Instagram*, gravou um vídeo com 106 milhões de visualizações[6] contrapondo a narrativa do deputado do PL. Nele, a deputada explanou acontecimentos do ex-governo com estatísticas (como a volta do país ao mapa da fome) e trouxe elementos da Medida Provisória nº 1.288/2025 (Brasil, 2025). Também

[2] Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/pix. Acesso em: 10 set. 2026.
[3] Disponível em: https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-governo-vai-taxar-em-275-transacoes-financeiras-acima-de-r-5000/. Acesso em: 10 set. 2026.
[4] Disponível em: https://www.instagram.com/reels/DEz20G0RodB/. Acesso em: 28 maio 2026.
[5] Este número não representa somente as pessoas que são a favor da narrativa.
[6] Disponível em: https://www.instagram.com/reel/DE-RJ_BRTdB/. Acesso em: 24 maio 2026.

pontuou que a desinformação foi criada para fomentar medo nas pessoas com o intuito de encobrir a corrupção do ex-governo e a proposta de regulamentação das redes sociais.

Dada a conjuntura exposta, compreende-se que pessoas e instituições, ao fazerem o uso antiético das redes sociais, possuem o poder de construir suas narrativas a partir de estratégias representacionais que condicionam os sujeitos a acreditarem em desinformação, o que nos tenciona refletir: como podemos identificar uma desinformação a partir de questionamentos que englobem a CoInfo-Mi e os Estudos Culturais?

A partir desse questionamento, este artigo tem por objetivo geral demonstrar quais elementos podem ser analisados para a desconstrução de uma desinformação por meio da CoInfo-Mi em inter-relação com os Estudos Culturais. Como objetivos específicos traçou-se: i) pontuar os questionamentos que podem ser aplicados em uma informação que se desconfia falsa por meio do interrogatório de Santos (2023) e ii) utilizar o vídeo da deputada federal para exemplificar como se descontrói a narrativa de uma desinformação.

A relevância científica deste estudo para a Ciência da Informação apoia-se na integração teórica e metodológica entre a CoInfo-Mi e os Estudos Culturais de Stuart Hall ao operacionalizar e "validar" o interrogatório analítico proposto por Santos (2023) como um conjunto de perguntas norteadoras que guiam o sujeito a reconhecer as disputas de poder ocultas nos discursos midiáticos e digitais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As mídias sociais têm se tornado uma das fontes de informação mais consultadas pelos brasileiros. De acordo com dados da pesquisa do DataSenado (Instituto de Pesquisa DataSenado, 2026), 54% da população brasileira utiliza os meios digitais como principal fonte de notícias e, dentre eles, o *Instagram* é o mais utilizado totalizando 32% do uso entre os brasileiros, seguido de portais de notícias com 17%, o *Youtube* com 11%, o *Facebook* representando 8% e o *WhastApp* com 3%.

Sobre o panorama político brasileiro e a disseminação de notícias falsas, o Instituto de Pesquisa DataSenado (2024) apontou que 72% dos brasileiros desconfiaram que acessaram notícias falsas nos últimos seis (6) meses, dado que revela que

> [...] 67% da população com 16 anos ou mais já foi exposta a desinformação, evidenciando um problema significativo que precisa ser abordado. As razões para o compartilhamento dessas notícias são diversas: 31% acreditam que as pessoas o fazem para mudar a opinião dos outros, **enquanto 30% acham que**

> **o fazem por não saberem que a notícia é falsa** (Instituto de Pesquisa DataSenado, 2024, p. 4, grifo nosso).

Este cenário se torna mais preocupante quando a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na Pesquisa *Truth Quest* (2024) apontou que a população adulta brasileira teve o pior índice para identificar conteúdos falsos, dentre um estudo com 21 países.

O comportamento da população brasileira mediante às notícias falsas e à desinformação torna-se campo fértil para que pessoas e instituições disseminem este tipo de conteúdo como forma de perpetuar poder em prol de interesses políticos e econômicos.

Hall (2020) pontua que na esfera das mídias, as narrativas criadas com o intuito de manipular é denominada de cultura nacional, que consiste em um "[...] um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos" (Hall, 2020, p. 31). O autor traz essa discussão a partir do que ele define como cultura, que consiste em uma troca simbólica e produção de sentidos compartilhados pela linguagem e que impactam diretamente na construção de identidade que um sujeito tem de si e de seu contexto social, cultural, político (Hall, 2016; 2020). A cultura é o resultado das práticas sociais que carregam sentimentos, emoções, senso de pertencimento, conceitos e ideias e que necessitam ser interpretados para funcionar no processo de representação (Hall, 2016).

A representação é o processo pelo qual os sujeitos de uma cultura utilizam signos (imagens, sons, escrita, *etc*.) para construir significados e comunicar conceitos ou pensamentos do mundo (Hall, 2016), condição que facilita a construção da identidade.

A identidade não é biologicamente herdada, mas resultado de como os sujeitos são significados dentro da cultura (Hall, 2016), visto que ela "[...] depende de que seus participantes interpretem o que acontece ao seu redor e "deem sentido" às coisas de forma semelhante" (Hall, 2016, p. 20). A identidade é produzida no âmago da construção simbólica e social construída pelas práticas discursivas e representacionais em nosso meio social e cultural (Hall, 2016), situação em que ocorre a manipulação midiática não somente sob a ótica da distorção deliberada da realidade, mas pelo exercício de poder simbólico que ocorre por meio da fixação de sentidos e da política da imagem.

Na construção de narrativas desinformativas, Hall (2016) pontua que existe uma mensagem "implícita" e que por isso, é necessário que o sujeito deva ter uma posição

investigativa para compreender quem ganha e quem perde, quem é incluído e quem é excluído, quem se sobressai e quem não (Hall, 2016).

Nessa perspectiva, a CoInfo-Mi, por meio de ações formativas, oferece condições para desenvolver o pensamento crítico e reflexivo do sujeito sobre a busca, a avaliação, a produção, o uso e o compartilhamento da informação, compreender o papel e a função das mídias, como o de mostrar as linguagens e as estratégias utilizadas para a construção de narrativas desinformativas.

Tem por objetivo formar sujeitos críticos e engajados na busca, na recuperação, na avaliação, no uso, na produção e no compartilhamento da informação e de conteúdos midiáticos e fazer com que questionem os conteúdos fornecidos por instituições e provedores de informação (Wilson *et al*., 2013; Grizzle *et al*., 2016, 2023). A CoInfo-Mi[7], sob a ótica da UNESCO (Grizzle *et al*., 2023), integra conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos que buscam inserir o sujeito no local da crítica, de modo que consiga reconhecer e contrapor narrativas desinformativas.

Santos (2023), considerando a relevância de empreender estudos para compreender como a cultura, por meio de suas manifestações e instrumentos que produzem subjetividades e formas de ser, estar e compreender o mundo, utiliza estratégias simbólicas e representacionais para construir desinformação, criou um conjunto de perguntas, denominado de interrogatório, utilizando-se das discussões em torno da CoInfo-Mi (ACRL, 2016; Grizzle *et al*., 2016; Wilson *et al*., 2013) e dos Estudos Culturais de Hall (1997, 2016) em que posiciona a

> [...] cultura como o processo maior que rege as práticas socioculturais de intercâmbio de sentidos e construção de representação, espaço em que, as mídias, como veículos que produzem e disseminam informações e conteúdos midiáticos têm possibilitado a difusão de desinformação. A Competência em Informação e em Mídia se cristaliza no processo investigativo, crítico e proativo frente ao universo informacional e midiático. O sujeito, enquanto ser cultural, histórico e social, ocupa uma posição questionadora, reflexiva, auto reflexiva e crítica [...] (Santos, 2023, p. 14).

O interrogatório é um instrumento cuja base referencial fornece caminhos para que um sujeito possa questionar conteúdos midiáticos em profundidade e, que neste trabalho, é explorado, didaticamente, por meio da aplicação de um vídeo da deputada federal do PSOL-

[7] A UNESCO utiliza o conceito de Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) "[...] por aproximar-se da expressão que tem sido utilizada em língua espanhola e praticada na Espanha e em países da América: alfabetización informacional, ou ALFIN" (Wilson *et al*., 2013, p. 18).

SP de forma que se possa compreender como utilizar as questões para identificar manipulação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de natureza qualitativa e de caráter descritivo e exploratório. Contorna-se em pesquisa descritiva porque possui a "[...] finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis" (Gil, 2022, p. 42), o que neste estudo direciona-se à inter-relação da Competência em Informação e Midiática com os Estudos Culturais como processos críticos analíticos de informações e de conteúdos midiáticos.

Converge-se também em pesquisa exploratória, pois tem o objetivo de "[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses" (Gil, 2022, p. 42), tal como se apresenta na aplicação do interrogatório de Santos (2023) com uso de um vídeo que questiona e desmente a desinformação do PIX e demonstra as estratégias simbólicas de sentido e de representação da narrativa utilizados pelo vídeo em que consta a desinformação.

Quanto aos procedimentos, empregou-se a análise documental sobre um *corpus* composto por 2 (dois) vídeos: um com conteúdo desinformativo e outro desmentindo sua narrativa. O recorte temporal abrange o mês de janeiro de 2025, data de publicação dos 2 (dois) vídeos:

- Documento 1 (DOC 1): Vídeo com veiculação da narrativa que desmente a desinformação sobre o PIX, criado pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) publicado em 18 jan. 2025 (*Instagram*). Natureza: Rede social – *Instagram*. Função na análise: Denotar como a narrativa em torno da desinformação do PIX foi desmentida;
- Documento 2 (DOC 2): Vídeo com veiculação de desinformação sobre o PIX, criado pelo deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) publicado em 14 jan. 2025 (*Instagram*). Natureza: Rede social – *Instagram*. Função na análise: Discorrer sobre a desinformação acerca da taxação do PIX.

Justifica-se a opção pelo caso único, do episódio da falsa taxação do PIX, porque o vídeo da deputada do PSOL (DOC 1) teve um alto alcance de 106 milhões de visualizações no *Instagram* e o do deputado do PL (DOC 2) teve 352 milhões de visualizações, além dos impactos negativos que esta desinformação reverberou para a sociedade[8].

[8] Conforme consta na Introdução deste trabalho.

As categorias analíticas foram definidas *a priori* a partir dos eixos 'Sentidos e Representação' do interrogatório de Santos (2023), apresentados nos Quadros 1 e 2, respectivamente. O *corpus* não inclui dados de recepção pelos públicos, limitação discutida nas considerações finais desta pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No vídeo (DOC 2), Nikolas Ferreira (PL-MG) inicia sua fala com a seguinte frase: "*O governo quer saber como você ganha R$5 mil e paga R$10 mil de cartão, mas não quer saber como uma pessoa que ganha um salário mínimo faz para sobreviver pagando luz, moradia, educação, compra do mês e gás. Esse é o questionamento que tem sido feito nas redes sociais e faz todo sentido e eu te explico o porquê*".

Ao fundo desta frase, em alguns trechos, são inseridas, propositalmente, cenas de trabalhadores demonstrando revolta com o governo Lula e a taxação do PIX. O deputado continua: "*O governo Lula vai monitorar seus gastos com cartão de crédito e PIX que movimentam acima de R$5 mil reais pra pessoas físicas e R$15 mil para empresas. Isso todo mundo já sabe e não, o PIX não será taxado* [em tom de ironia], *mas é bom lembrar que a* ***comprinha da China não seria taxada, foi****. Não ia ter sigilo, mas teve. Você ia ser isento do imposto de renda, não vai mais. Ia ter picanha, não teve. O PIX não será taxado, mas não duvido que possa ser. Enfim,* ***quem será mais afetado com essa medida será o trabalhador informal***" (grifo nosso).

O deputado utiliza situações e expressões cotidianas como "*comprinha da China*" e coloca o sujeito como trabalhador informal de forma a criar pertencimento a quem assiste, ou seja, tal como destaca Hall (2016), é por meio dessas estratégias que as mídias criam vínculos culturais para "tocarem" no emocional e disseminar desinformação. O deputado continua: "*Feirantes, o seu João que vende picolé como ambulante, motorista de Uber, pedreiros, entregadores de iFood... Todos aqueles que lutam diariamente pra ganhar a vida honestamente vão sofrer. Esses trabalhadores que já vivem no aperto, agora terão suas movimentações vigiadas como se fossem grandes sonegadores. Se fizer uma vaquinha pra pagar o churrasco, vai ser complicado de explicar no imposto de renda. O amor tá custando caro demais. Pensa comigo: microempreendedores representam 70% das empresas do país. Em 2025, por exemplo, o MEI poderá faturar R$81 mil por ano, ou seja, pouco mais de R$6 mil reais por mês. Essa maioria de brasileiros, muitos não declaram imposto de renda, porque*

senão não conseguem pagar suas contas. Se é difícil sem declarar, imagina o PT tirando 27,5% que você ganha. É impossível sobreviver". Ao longo do vídeo (DOC 2), o deputado utiliza frases e situações que se enquadram no cotidiano do trabalhador, reforçando a imagem e preocupação pelo povo, em particular, pelo trabalhador.

Mediante a repercussão da situação que esta desinformação causou à economia brasileira, junto ao vídeo do deputado que teve um alto alcance nas redes sociais, a deputada federal Erika Hilton gravou um vídeo para desmentir esta desinformação e demonstrar os interesses políticos por trás. A fim de se compreender os elementos simbólicos presentes em narrativas midiáticas, no Quadro 1, é apresentado como o discurso da deputada permeou a categoria 'Sentidos e Cultura' em inter-relação com a CoInfo-Mi desenvolvida no estudo de Santos (2023). Esta análise demonstra como a narrativa sobre o PIX foi desconstruída e também denota como um sujeito pode questionar conteúdos midiáticos:

Quadro 1 – Análise crítica do vídeo DOC 1 com base no interrogatório de Santos (2023) – Eixo Sentidos e Cultura

	Questionamentos	**Sentidos e Cultura dos Estudos Culturais em inter-relação com a Competência em Informação e Midiática**
1.	Quem criou os conteúdos e o discurso?	O vídeo foi criado por Erika Hilton, deputada federal pelo Estado de São Paulo e filiada ao PSOL. O vídeo foi criado em resposta ao do deputado federal pelo Estado de Minas Gerais, Nikolas Ferreira, filiado ao PL, acerca da desinformação sobre a taxação do PIX.
2.	Por que e com qual intuito criou os conteúdos e o discurso?	O objetivo do vídeo consistiu em desmentir e conscientizar o público trabalhador sobre a desinformação da taxação do PIX amplamente disseminada pelo deputado do PL.
3.	Os conteúdos e o discurso foram criados com qual intenção? (entreter, opinar, expor conhecimento científico, relatar um evento, defender uma causa, contestar, entre outros)	O vídeo foi criado para desmentir a taxação do PIX, dissertar sobre como a extrema direita o utilizou como uma "cortina de fumaça" para esconder a corrupção que comete e da importância de regulamentar as redes sociais para garantir e preservar a segurança e a democracia da sociedade.
4.	Quem criou os conteúdos possui trajetória e experiências alinhadas à minha cultura?	Erika Hilton fez história ao se tornar a primeira mulher negra e transexual eleita para a Câmara dos Deputados, que precedeu a classe econômica baixa.
5.	Quais palavras, imagens, sons ou gestos estão sendo utilizados para despertar os meus valores, sentimentos e significados?	Música de abertura que demonstra seriedade e embasamento da narrativa. Interpelação direta em segunda pessoa ("você"). Vocabulário emocional e de antagonismo: "*estão mentindo para você*", "*colocando medo em você*", "farra", "luxo", "ódio", "criminosos", "mansões com dinheiro vivo". Contraste entre o povo trabalhador e os super-ricos. Repetições anafóricas: "*eles*

		que...", "*combateremos...*", que representam indignação, manipulação e pertencimento de classe.
6.	Como os conteúdos e o discurso estão influenciando a maneira de vermos a nós e os outros?	O discurso organiza a realidade em dois polos: a) o espectador que é o sujeito trabalhador honesto e explorado e b) a políticos de extrema direita que possuem discursos contendo mentiras, com ações criminosas e privilegiadas. A deputada, ao longo do vídeo, utiliza trechos de reportagens para reforçar esses polos.
7.	O sentido embutido nos conteúdos e no discurso servirá para construir uma percepção global, crítica e respeitosa sobre algum fato ou construção de conhecimento significativo para a aplicação na vida pessoal, profissional ou acadêmica?	A deputada fundamenta sua narrativa em torno de fatos (reportagens) e uso da Medida Provisória nº 1.288 (Brasil, 2025) para que o trabalhador tenha consciência de que foi enganado e que a taxação do PIX acaba representando, também, uma luta de classe.
8.	Como a linguagem utilizada no conteúdo e no discurso funciona e impacta sobre a minha percepção de mundo?	A linguagem é oral, direta, acessível e fortemente persuasiva, com adjetivação carregada e repetições. A deputada utiliza a emoção para sensibilizar e conscientizar sobre a desinformação em torno do PIX e demonstra que ele faz parte de um "conflito" entre o povo trabalhador e os super-ricos.
9.	Quantos pontos de vista distintos, acerca da minha cultura, estão representados nos conteúdos e no discurso?	Apenas um ponto de vista é representado: o do enunciador, favorável em desmentir a taxação do PIX e reforçar a veracidade do comunicado oficial do Governo Federal por meio da Receita Federal.

Fonte: Elaborado pelas autorias.

A partir do Quadro 1 e das respostas aos questionamentos de Santos (2023), fica evidente que a deputada expõe que a desinformação em torno da taxação do PIX é uma disputa política por sentidos e por construção de identidade do sujeito em que, a partir do vídeo veiculado por Nikolas Ferreira, tinha o propósito de convencer a população acerca da taxação do PIX.

Hall (1997, 2016) entende a cultura como prática de produção e troca de sentidos: o significado não está nas coisas, mas nas representações que fazemos delas. As questões 1, 2 e 3 do Quadro 1 colocam essa premissa em operação. Ao perguntar quem criou o conteúdo e com qual intenção, a pessoa espectadora percebe que o objeto em disputa não é o PIX enquanto meio de pagamento e sim a função que cada discurso lhe atribui.

No vídeo de Nikolas Ferreira, que originou a controvérsia, o PIX aparece como alvo de uma suposta taxação e, por consequência, como símbolo de ameaça do Estado ao trabalhador. Na resposta de Erika Hilton, o mesmo objeto vira prova da mentira do adversário e instrumento legítimo de fiscalização de movimentações criminosas.

A segunda dimensão, relativa aos valores e significados que embutimos às pessoas, aos objetos e aos acontecimentos, pode ser vista na questão 5. Termos como "farra", "luxo"

e “mansões com dinheiro vivo” carregam o campo adversário de privilégio e má-fé, enquanto a interpelação “*você que trabalha duro nesse país*” reveste o público de honestidade e dignidade. Acontecimentos relatados no vídeo, como o caso da fila para comprar osso, das joias e das ‘rachadinhas’ operam como símbolos cujo valor negativo reforçam a “cortina de fumaça” colocada para encobrir corrupção da extrema direita. O mesmo processo alcança as pessoas: a trajetória da enunciadora, primeira mulher negra e transexual eleita para a Câmara dos Deputados e oriunda da classe trabalhadora (questão 4) confere autenticidade ao discurso e aproxima a parlamentar do público.

As questões 6 a 9 remetem aos processos de construção simbólica sociocultural da realidade. O discurso analisado faz mais do que desconstruir uma desinformação: constrói uma realidade em que o trabalhador é honesto e explorado se opondo a uma "extrema direita" mentirosa e privilegiada. Como representa um único ponto de vista (questão 9), oferece ao público uma versão única, mas verdadeira do acontecimento, que tende a produzir adesão política antes de uma compreensão holística (questão 7).

A CoInfo-Mi encontra, neste viés, seu ponto de contato com Hall (2016): se o episódio do PIX chega ao público já codificado por sistemas de representação em disputa, as perguntas norteadoras desnaturalizam essa codificação e abrem espaço para leituras negociadas ou opositoras, em lugar da reprodução da leitura inscrita no discurso.

Em complemento ao Quadro 1, é relevante adicionarmos alguns trechos da fala de Erika Hilton (DOC 1) para reforçar como o simbólico é construído em narrativas midiáticas. Ela chama atenção ao, inicialmente, dizer “*Estão mentindo para você*. *Mentindo para você que trabalha duro nesse país todos os dias, por uma vida mais digna. Estão colocando medo em você para se beneficiarem. Estão querendo que você acredite em algo que nunca existiu*”. Ao fundo desta fala, que toma os primeiros 0:11 segundos iniciais do vídeo, há imagens de reportagens do deputado que criou a notícia falsa com um ex-presidente do Brasil (2019-2022) cuja chamada acusa o deputado de uma ação coordenada junto ao marqueteiro do ex-presidente sobre o PIX. Nesse trecho do vídeo, ela engloba o que Hall (2016) denomina de disputa por sentido em que utiliza a linguagem como uma prática significante: alinha a linguagem oral como condutora da verdade junto à imagem, de modo a se formar sentido para sustentar seu discurso.

A deputada complementa a frase se referindo ao governo atual, em que nunca teve a intenção de taxar o PIX, mas sim de que a extrema direita o utilizou como um assunto para

encobrir corrupção e desviar a atenção da pauta de regulação das mídias. Tal fala, em destaque na sua narrativa, além de desmentir a notícia falsa, reforça que os grupos que disseminam essa notícia falsa não tem preocupação com a verdade e nem com o trabalhador. A esses grupos, compreende-se o que Hall (2020) discute sobre cultura nacional, ou seja, um discurso criado para produzir sentidos e representação. Na cultura nacional, há o que Hall (2020, p. 30) discute sobre nação: "[...] não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*. As pessoas não são somente cidadãos legais de uma nação; elas participam da *ideia* da nação, tal como representada em sua cultura nacional". Erika Hilton, ao situar o espectador como "o trabalhador", busca despertar o espectador de que ele não faz parte desta nação construída pela extrema direita.

Em continuidade à análise, buscou-se responder aos questionamentos que contemplam a categoria 'Representação e Cultura e a CoInfo-Mi, como segue no Quadro 2.

Quadro 2 – Análise crítica do vídeo DOC 1 com base no interrogatório de Santos (2023) – Eixo Representação e Cultura

	Questionamentos	**Representação e Cultura dos Estudos Culturais em inter-relação com Competência em Informação e Midiática**
1.	Como os conteúdos e o discurso influenciam meu conhecimento e minha compreensão do e sobre o mundo?	O conteúdo oferece uma explicação alternativa ao boato da taxação do PIX e informações sobre as regras de comunicação de movimentações à Receita Federal, ampliando o repertório do espectador sobre o tema. Ao mesmo tempo, condiciona essa compreensão a um enquadramento partidário, que precisa ser cotejado com outras fontes.
2.	A linguagem utilizada faz parte do meu repertório cultural, histórico e social?	Sim, para o público brasileiro, usa-se o português coloquial. Além disso, aborda questões em destaque nas mídias nos últimos tempos, por meio de dois vieses: a) contexto nacional: PIX, "taxação da blusinha", vendedor de picolé, ambulante, jornadas exaustivas de trabalho; e b) episódios recentes da política: rachadinhas, joias, fila do osso.
3.	Os conteúdos informacionais e midiáticos apresentam as fontes utilizadas para construir o discurso?	Por meio da análise do vídeo, são apresentadas algumas fontes de informação correspondentes aos assuntos abordados em sua fala, que em sua maioria, são manchetes de jornal. Quanto às fontes oficiais do governo, ela fala de forma generalizada sobre um dos documentos relacionados ao PIX, mas não denomina a fonte exata.
4.	O discurso está fundamentado em fontes confiáveis elaboradas por especialistas, instituições, cientistas e pessoas pesquisadoras da área?	As alegações remetem a reportagens com notícias que apresentam dados confiáveis e Medida Provisória (Brasil, 2025) da Receita Federal.
5.	O discurso está fundamentado em fontes que as pessoas têm acesso?	As informações mencionadas (normas da Receita Federal, votações na Câmara dos Deputados, declarações de ex-ministros) são públicas e acessíveis. Além disso, também incluem notícias de jornais e sites jornalísticos. Contudo, o

		vídeo não indica onde localizá-las, o acesso depende da iniciativa de busca de cada pessoa.
6.	Qual público o discurso e os conteúdos estão direcionados?	A trabalhadores brasileiros de baixa e média renda representados com as expressões "*você que trabalha duro nesse país*" e "*trabalhador precarizado*". Ressalta-se, em especial, que é direcionado aos usuários de redes sociais potencialmente expostos ao boato da taxação do PIX.
7.	Quando o conteúdo foi criado? (período histórico, social e cultural)	A produção do vídeo foi em janeiro de 2025, durante o terceiro governo do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.
8.	Em qual contexto histórico os conteúdos foram produzidos?	O contexto de intensa polarização política no Brasil após as eleições de 2022, de disputas narrativas entre políticos de extrema direita e de esquerda nas plataformas digitais.
9.	Os fatos representados nos conteúdos e no discurso reproduzem exatamente a minha cultura ou há alguma distorção?	O vídeo dialoga a partir de dados econômicos da situação do Brasil nos governos de Jair Bolsonaro (2018-2022) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026). Erika Hilton apresenta em seu discurso causas defendidas pela esquerda, trazendo dados positivos referentes ao período do governo atual e ações realizadas no governo de extrema direita que afetam diretamente a classe trabalhadora. Os dados apresentados são reais, não há distorção. Contudo, as informações são seletivas em relação ao governo de esquerda e de extrema direita também.
10.	Qual a minha relação, na qualidade de pessoa espectadora, no conteúdo veiculado?	A pessoa espectadora é interpelada diretamente como destinatária e como suposta vítima de manipulação, como por exemplo ao mencionar que a extrema direita "usa você como mecanismo para se proteger". Por outro lado, convoca o expectador a tomar posição, para que se informe, que rejeite a "mentira" e que faça adesão às pautas defendidas.
11.	Como as mídias enxergam e representam as pessoas que fazem parte da minha cultura?	No vídeo, o trabalhador brasileiro é representado com dignidade: "*as pessoas que dão duro nesse país*", mas também como sujeito vulnerável à manipulação, que precisa ser alertado. As redes sociais, por sua vez, são retratadas como "terra sem lei", na qual essa mesma população seria instrumentalizada por "criminosos".
12.	O que é retratado pelas mídias condiz com os valores da minha cultura?	Os valores evocados como trabalho, dignidade, justiça tributária e combate à mentira encontram amplo amparo na cultura brasileira. No que se refere à forma de articulá-los, é partidária. A adesão a esse enquadramento varia conforme a posição política de cada espectador.
13.	As informações veiculadas sobre minha cultura são/estão atualizadas?	As informações referem-se a fatos recentes em relação ao momento da produção do vídeo (janeiro de 2025) como as regras de comunicação à Receita Federal e a polêmica do PIX. Sua atualidade deve ser conferida pelo espectador, pois os temas citados tiveram desdobramentos posteriores, a exemplo da revogação da Instrução Normativa RFB nº 2.219, de 17 de

		setembro de 2024[9] para a Medida Provisória nº 1.288 de 16 de janeiro de 2025 que originou a controvérsia.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Para Hall (1997, 2016), a representação opera na produção de sentido via linguagem, e o vídeo de Erika Hilton ilustra esse processo desde sua expressão central. “Taxação do PIX” não descreve um ato normativo existente: é uma construção de linguagem que, posta em circulação, produziu por si mesmo a um sentido de ameaça ao trabalhador. A resposta de Erika Hilton disputa esse sentido com os mesmos recursos, em português coloquial e por interpelação direta (“*você que trabalha duro nesse país*”). As questões do Quadro 2 sobre a influência do conteúdo na compreensão do mundo e sobre o pertencimento da linguagem ao repertório do espectador mostra que o entendimento do episódio depende menos do fato em si do que da forma como a linguagem o nomeia: quem assiste ao vídeo conhece a controvérsia já mediada por palavras escolhidas para sustentar uma das versões em disputa.

A segunda temática trata da produção do significado dos conceitos na mente por meio da linguagem e é nela que o enquadramento partidário identificado no Quadro 2 opera com mais força. Conceitos como “extrema direita”, “trabalhador” e “criminosos” não chegam ao espectador vazios: o discurso os preenche, associando o primeiro à mentira e ao privilégio e o segundo à honestidade e à exploração, o que coaduna sobre a discussão de cultura nacional de Hall (2020). A resposta à questão sobre o conhecimento do mundo registra esse duplo movimento: o vídeo amplia o repertório do público sobre as regras de comunicação de movimentações financeiras e, ao mesmo tempo, condiciona os mapas conceituais pelos quais esse público passará a pensar o tema.

A representação é também uma prática sociocultural que utiliza objetos, materiais e efeitos (Hall, 2026) e o vídeo evidencia essa dimensão ao utilizar música de abertura, formato curto próprio das plataformas digitais e fala direta à câmera como recursos materiais que produzem efeitos de proximidade e urgência. O PIX, objeto técnico do sistema de pagamentos, é convertido em material simbólico da disputa, assim como Medida Provisória nº 1.288 (BRASIL, 2025) que fundamenta implicitamente as alegações da parlamentar: documentos públicos e acessíveis, conforme registra o Quadro 2, mas que só ganham sentido

[9] Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-rfb-n-2.219-de-17-de-setembro-de-2024-585116636. Acesso em: 10 set. 2026.

para o público quando incorporados à prática representacional do vídeo. A relação de mobilização identificada na resposta sobre a pessoa espectadora é o efeito buscado por esse conjunto: o material audiovisual não pretende apenas informar, pretende convocar.

Por fim, Hall (1997) sustenta que o significado ocorre em função de convenções sociais associadas à linguagem, reconhecidas e aceitas comunitariamente em cada cultura e momento histórico. As referências mobilizadas no vídeo ("rachadinhas", joias, fila do osso, "taxação da blusinha") só significam e tem valor para quem partilha as convenções da memória política brasileira recente. Fora desse contexto, perdem o valor acusatório que carregam. As respostas do Quadro 2 sobre o período de criação e o contexto histórico situam essa comunidade interpretativa: o Brasil do início de 2025, polarizado desde as eleições de 2022 e atravessado pela crise de desinformação em torno da norma da Receita Federal.

A questão sobre a atualidade das informações expõe o caráter historicamente datado dos significados, já que a revogação da instrução normativa alterou o quadro de referência depois da circulação do vídeo. O sentido produzido naquele momento permanece em disputa, e cabe à pessoa espectadora, munida das perguntas da Competência em Informação e em Mídia, reconhecer as convenções que o sustentam em vez de tomá-lo como retrato neutro da realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura, na perspectiva dos Estudos Culturais de Hall (1997, 2016, 2020), consiste em um sistema de representação e de troca simbólica que constrói sentidos e identidades no campo da representação, daquilo que faz sentido a nós, sujeitos históricos, sociais e culturais. A CoInfo-Mi trata de um processo que promove o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes críticas e éticas em torno da estrutura e do funcionamento do universo informacional e midiático. A junção de ambos, tal como se apresenta neste trabalho por meio de Santos (2023), permite que a análise de conteúdos midiáticos extrapole o campo superficial da verificação de fatos, dando condição ao sujeito de "mergulhar" nas estratégias simbólicas que buscam operar sentidos e influenciar a percepção que possuem de seu contexto social, cultural e político.

Foi possível verificar que a desinformação em torno da taxação do PIX, no campo da construção de Sentidos e Cultura, funciona como uma disputa política por significados. O "interrogatório" (Santos, 2023) demonstrou como a narrativa falsa (DOC 2) tentou

transformar o PIX em um símbolo de ameaça do Estado ao trabalhador, enquanto a resposta da deputada Erika Hilton (DOC 1) buscou ressignificá-lo como prova da mentira e má-fé do adversário. Por meio do uso de vocabulário emocional e elementos audiovisuais que transmitem credibilidade, o discurso analisado organizou a realidade do espectador em polos antagônicos, confirmando a premissa de Hall (2016) de que as mídias operam como discursos que influenciam tanto as ações quanto a concepção que os sujeitos têm de si mesmos.

A dimensão de Representação e Cultura evidenciou como a identidade do sujeito é moldada por práticas discursivas que mobilizam o repertório cultural brasileiro recente. O vídeo de Erika Hilton utilizou signos como “fila do osso”, “rachadinhas” e “joias” para conferir autenticidade ao seu discurso e criar um senso de pertencimento no sujeito interpelado como “trabalhador honesto”. Essa estratégia exemplifica a teoria de Hall (1997, 2016) sobre como a representação produz sentidos via linguagem: o vídeo não apenas informa, mas convoca o espectador a assumir uma posição de mobilização, visto que retrata o trabalhador como uma figura digna, mas vulnerável à disseminação de notícias falsas e desinformação por grupos que dominam as mídias.

Nessa conjuntura, a CoInfo-Mi atua como um processo de “desnaturalização” das estratégias representacionais midiáticas. Ao aplicar as perguntas norteadoras sobre quem criou o conteúdo e quais intenções estão embutidas na linguagem, o sujeito sociocultural é capaz de reconhecer os enquadramentos partidários e as convenções sociais que sustentam a desinformação, no caso do estudo em foco. O sujeito passa de um receptor passivo para um crítico reflexivo, compreendendo que o significado de um evento não é neutro, mas uma construção histórica e cultural em constante disputa.

Pontua-se a limitação da pesquisa ao se utilizar a pesquisa documental, sem participação de algum grupo de sujeitos para a análise do vídeo. Como proposta de aplicações futuras do interrogatório e, de modo que se possa ampliá-lo e otimizá-lo, sugere-se que seja aplicado a diversos grupos de pessoas com uso de conteúdos midiáticos que abordem temáticas como política, religião, saúde e dentre outros.

REFERÊNCIAS

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Framework for information literacy for higher education**. Chicago: ACRL, 2016. Disponível em: https://www.ala.org/sites/default/files/acrl/content/standards/Framework_Spanish.pdf. Acesso em: 03 jun. 2026.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.288 de 16 de janeiro de 2025. Dispõe sobre medidas para ampliar e garantir a efetividade do sigilo e a não incidência de preço superior, valor ou encargo adicional sobre os pagamentos realizados por meio de arranjo de Pagamentos Instantâneos - Pix, instituído pelo Banco Central do Brasil. **Diário Oficial da União**: p. 1, Brasília, DF, 16 jan. 2025. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=600&pagina=1&data=16/01/2025&totalArquivos=1. Acesso em: 02 jun. 2026.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri: Atlas, 2022.

GRIZZLE, A. *et al*. **Ciudadanía alfabetizada en medios e información**: pensar críticamente, hacer clic sabiamente. França: UNESCO, 2023. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000385119. Acesso em: 17 maio 2026.

GRIZZLE, A. *et al*. **Alfabetização midiática e informacional**: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias. Brasília: UNESCO, 2016. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246421. Acesso em: 18 maio 2026.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio Apicuri, 2016.

HALL, S. The work of representation. *In*: HALL, Stuart (org.). **Representation**: cultural representations and signifying practices. London: Sage Publications, 1997. p. 13-74.

INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO. Brasil. **Fontes de informações e uso de meios digitais dos brasileiros**. Brasília: Senado Federal, 2026. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/relatorios-de-pesquisa/brasileiros-ja-se-informam-mais-por-meios-digitais-do-que-pela-tv-mostra-pesquisa-datasenado. Acesso em: 25 maio 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO. Brasil. **Panorama político 2024:** notícias falsas e Democracia. Brasília: Senado Federal, 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/relatorios-de-pesquisa/pesquisa-datasenado-revela-o-que-pensa-o-brasileiro-sobre-fake-news. Acesso em: 25 maio 2026.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Brasil. **Receita desmente fake news sobre taxações a transações financeiras a partir de R$ 5 mil. Órgão esclarece que não existe tributação por movimentação financeira.** Brasília: Ministério da Fazenda, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2025/dezembro/receita-desmente-fake-news-sobre-taxacoes-a-transacoes-financeiras-a-partir-de-r-5-mil. Acesso em: 04 jun. 2026.

MOURA, E. L. M.; SCHIAVI, G. S. **Impacto da disseminação de fake news no volume de transações PIX no Brasil**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/303914/001304901.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 set. 2026.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Truth Quest**. França: OCDE, 2024. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2024/06/the-oecd-truth-quest-survey_a1b1739c/92a94c0f-en.pdf. Acesso em: 29 maio 2026.

SANTOS, C. A. Combate à desinformação e o protagonismo social do sujeito: inter-relação entre os estudos culturais de Stuart Hall e a Competência em Informação e em Mídia. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, n. Especial, p. 1-21, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/92988/53039. Acesso em: 05 jun. 2026.

WILSON, C. *et al*. **Alfabetização midiática e informacional:** currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000220418. Acesso em: 27 maio. 2023.